

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)  
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

# RESULTADO DO TESOURO DO ESTADO DO CEARÁ

1º QUADRIMESTRE-2003

Fortaleza-CE  
Julho/2003

## EQUIPE TÉCNICA

### COORDENAÇÃO GERAL

Marcos Costa Holanda - Diretor Geral

### ELABORAÇÃO

Ronaldo de Oliveira Almeida

### COLABORAÇÃO

Maria Eloisa Bezerra da Rocha

Rogério Barbosa Soares

### ESTAGIÁRIO

Cícero Wailton Lima Rodrigues

### EDITORAÇÃO

Dulcineide Bessa

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av.: General Afonso Albuquerque Lima, S/N

Ed. SEPLAN - 2º andar

60839-900 – Fortaleza-CE

[www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)

[ipece@ipece.ce.gov.br](mailto:ipece@ipece.ce.gov.br)

## APRESENTAÇÃO

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresenta o Resultado do Tesouro do Estado do Ceará referente ao primeiro quadrimestre de 2003.

O documento aborda o desempenho das contas públicas do Estado do Ceará, com ênfase no Resultado Primário, Receitas e Despesas, Resultado Previdenciário do Regime Próprio dos Servidores do Estado, Dívida Pública Estadual, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

O IPECE com a publicação do Resultado do Tesouro do Estado do Ceará procura suprir a demanda da sociedade por informações sobre as finanças públicas do Estado do Ceará.

Marcos Costa Holanda  
Diretor Geral do IPECE



## SUMÁRIO

- 1 RESULTADO FISCAL DO TESOUREO ESTADUAL, **7**
  - 1.1 Resultado Primário, **7**
  - 1.2 Receitas, **8**
  - 1.3 Despesas, **11**
- 2 RESULTADO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ, **12**
  - 2.1 Receitas e Despesas, **12**
  - 2.2 Resultado Primário das Contas Previdenciárias, **13**
- 3 DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL, **14**
  - 3.1 Evolução Dívida/PIB, **14**
  - 3.2 Serviço da Dívida Pública, **15**
  - 3.3 Custo da Dívida Estadual, **16**
  - 3.4 Composição da Dívida, **16**
  - 3.5 Financiadores da Dívida Estadual, **17**
  - 3.6 Indexadores da Dívida, **17**
  - 3.7 Evolução Dívida Pública Per Capita, **18**
  - 3.8 Considerações Finais, **18**
- 4 FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS (FPE), **19**
- 5 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO (FUNDEF), **20**
  - 5.1 Considerações sobre o Fundo, **20**
  - 5.2 Receitas e Despesas, **20**
  - 5.3 Origem das Receitas do Fundo, **21**



## 1 RESULTADO FISCAL DO TESOIRO ESTADUAL

### 1.1 Resultado Primário

No 1º quadrimestre de 2003, o Estado do Ceará acumulou um superávit primário de R\$ 316,40 milhões, equivalentes a 1,28% do PIB de 2002, mantendo praticamente a mesma performance do mesmo período de 2002, conforme disposto na tabela 1. No período, as receitas fiscais correntes alcançaram R\$ 1,96 bilhão, enquanto as despesas R\$ 1,64 bilhão ambas a preços correntes.

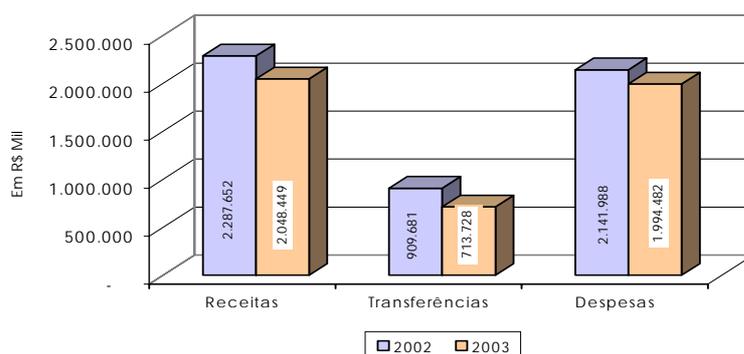
Tabela 1 Resultado Primário – Ceará - Janeiro/Abril - 2002-2003

	R\$ Mil Correntes	
DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	2002	2003
RECEITAS FISCAIS CORRENTES	1.699.362	1.886.743
RECEITA TRIBUTÁRIA	824.409	994.548
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	86.385	125.966
Receita Previdenciária	86.385	125.966
RECEITA PATRIMONIAL LÍQUIDA	15	24
Receita Patrimonial	28.301	16.614
(-) Aplicações Financeiras	28.286	16.590
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	738.768	713.728
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	49.785	52.477
Dívida Ativa	3.004	3.626
Diversas Receitas Correntes	46.781	48.852
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL	83.872	72.223
Receitas de Capital Líquidas	83.872	72.223
(-) Operações de Crédito	46.325	72.892
(-) Amortizações de Empréstimos	108	56.690
(-) Receitas de Alienação de Ativos	-	452
Transferências de Capital	79.792	64.480
Convênios	79.792	64.480
Outras Transferências de Capital	-	-
Outras Receitas de Capital	4.079	7.743
<b>TOTAL (I)</b>	<b>1.783.233</b>	<b>1.958.966</b>
DESPESAS FISCAIS CORRENTES	1.239.669	1.475.621
DESPESAS CORRENTES LÍQUIDAS	1.239.669	1.475.621
Pessoal e Encargos Sociais	638.407	790.053
Outras Despesas Correntes	601.263	685.568
(-) Juros e Encargos da Dívida	49.527	86.216
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL	224.598	166.941
DESPESAS LÍQUIDAS DE CAPITAL	224.598	166.941
Investimentos	222.732	165.816
Inversões Financeiras	1.866	1.125
(-) Concessão de Empréstimos	93.839	123.138
(-) Amortização da Dívida	51.593	125.058
<b>TOTAL (II)</b>	<b>1.464.267</b>	<b>1.642.562</b>
<b>III - RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)</b>	<b>318.966</b>	<b>316.404</b>
<b>IV - RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>	<b>1,29%</b>	<b>1,28%</b>

Fonte: SEFAZ/IPECE.

A receita total do Estado do Ceará, no 1º quadrimestre de 2003, alcançou o valor de R\$ 2,05 bilhões, resultando numa queda de 10,45% em relação ao 1º quadrimestre de 2002, conforme verificado no gráfico 1. A despesa total por seu lado, atingiu o montante de R\$ 1,99 bilhão, representando uma queda de 6,89%, em termos reais, em relação ao 1º quadrimestre de 2002.

Gráfico 1 Resultado Primário – Ceará - Janeiro/Abril - 2002-2003



Fonte: SEFAZ/IPECE.

## 1.2 Receitas

A principal fonte de recursos do Estado é constituída pela receita tributária, que representam 48,55% da receita estadual, a mesma alcançou o valor de R\$ 994,55 milhões, inferior em 2,03%, em termos reais, à obtida em igual período de 2002, conforme mostra a tabela 2.

As receitas de transferências, segunda maior fonte de receita do Estado, no primeiro quadrimestre de 2003, atingiram R\$ 713,73 milhões, inferior em 21,54%, em termos reais, à registrada em igual período de 2002. Essa receita é oriunda dos repasses constitucionais da União para os Estados, sua redução, no período, pode ser explicada pelo baixo nível da atividade econômica do país.

A receita de capital alcançou o valor de R\$ 145,12 milhões, no primeiro quadrimestre de 2003, o que representou uma redução de 9,48%, em termos reais, à obtida em igual período de 2002. Tal desempenho foi motivado pelo decréscimo em 34,37% nas receitas oriundas das transferências de capital.

Tabela 2 Receitas do Estado do Ceará - 2002-2003

DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$ MIL		VARIACÃO (%)
	Jan a Abr de 2002 <sup>1</sup>	Jan a Abr de 2003	
Tributária	1.015.134	994.548	-2,03
ICMS	870.496	860.075	-1,20
IPVA	99.595	91.315	-8,31
Outras Receitas	27.961	25.793	-7,75
Taxas	17.082	17.365	1,66
Contribuições	106.369	125.966	18,42
Patrimonial	34.848	16.614	-52,32
Agropecuária	7	14	92,83
Industrial	27	34	26,95
Serviços	8.464	5.163	-39,01
Transferências Correntes	909.681	713.728	-21,54
Outras Transferências Correntes	52.804	47.267	-10,49
Capital	160.318	145.115	-9,48
<b>TOTAL</b>	<b>2.287.652</b>	<b>2.048.449</b>	<b>-10,46</b>

Fonte: SEFAZ.

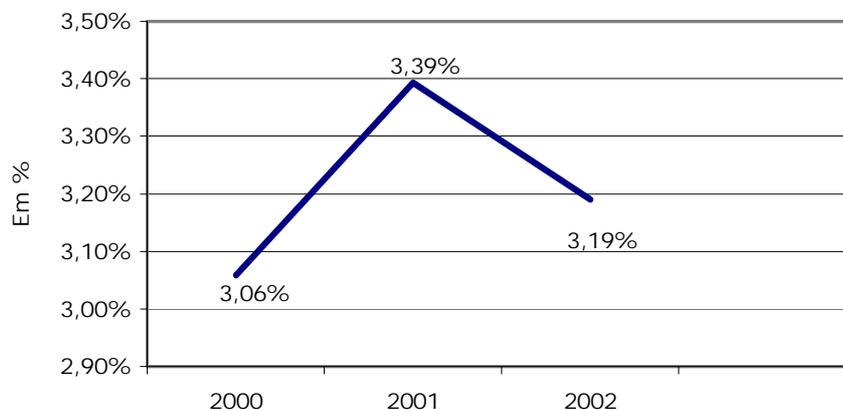
<sup>1</sup> Valores corrigidos pelo índice composto (IPC-A - 55% e IGP-DI - 45%) base agosto/94), a preços médios de abril/2003.

O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), constitui-se na maior fonte de recursos do Estado, correspondeu, no primeiro quadrimestre de 2003, a 86,48% da receita tributária, atingindo R\$ 860,07 milhões, inferior em 1,20%, em termos reais, à arrecadada em igual período de 2002.

O decréscimo na arrecadação do ICMS no primeiro quadrimestre de 2003 demonstra as dificuldades que a economia cearense vêm enfrentando, face ao cenário macroeconômico que ora atravessa a economia nacional, com reflexos diretos na redução da atividade econômica e com a conseqüente queda na renda da população.

O gráfico 2, mostra a arrecadação do ICMS em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Ceará. No ano 2000, essa relação representava 3,06%, em 2001 evolui para 3,39% e em 2002 ficou em 3,19%.

Gráfico 2 ICMS Total do Estado do Ceará em % PIB, Janeiro-Abril – 2000-2002



Fonte: SEFAZ/IPECE.

Dentre os segmentos com maior representatividade na arrecadação do ICMS, destacaram-se com resultados negativos no primeiro quadrimestre de 2003: o comércio (-19,82%) e comunicações (-18,74%). Com arrecadação positiva, o destaque foi para o segmento de combustíveis e lubrificantes, com uma taxa de 24,26%, observando que este grupo participa com 26,29% da arrecadação do ICMS. A indústria com participação de 18,66% apresentou um crescimento de 28,53% em relação ao primeiro quadrimestre de 2002. Da arrecadação desse tributo, 25% são repassados aos municípios cearenses, obedecendo ao que estabelece o art. 158, inciso IV da Constituição Federal.

Em 2002, como medida adotada pelo Estado, para incrementar as receitas tributárias, foi instituído o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), implantado através do Decreto nº 26.739, de 12.09.2002, que estabeleceu os seguintes programas: Programa de Reparcimento de Débitos Fiscais (REPAF), Programa de Recuperação de Débitos Fiscais (PROREF) e Programa de Pagamento de Débitos Fiscais Específicos (PRODEPE). Os benefícios previstos pelo mencionado programa instituíram generosos descontos de 30 a 100% sobre os juros e multas para os contribuintes inscritos ou não na dívida ativa do Estado. Como resultado efetivo, o REFIS contribuiu para o aumento na arrecadação estadual em 2002, no montante de R\$ 41,80 milhões.

### 1.3 Despesas

Em relação às despesas, estas somaram R\$ 1,99 bilhão, no primeiro quadrimestre de 2003, verificando-se uma redução de 6,89%, em termos reais, sobre o mesmo período de 2002, conforme mostra a tabela 3.

Tabela 3 Despesas do Estado do Ceará - 2002-2003

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MIL		VARIACÃO (%)
	Jan.-Abr./2002 <sup>1</sup>	Jan.-Abr./2003	
Pessoal e Encargos Sociais	786.101	790.053	0,50
Juros e Encargos da Dívida	101.442	92.144	-9,17
Outras Despesas Correntes	740.363	685.568	-7,40
Investimentos	274.261	165.816	-39,54
Inversões Financeiras	117.846	124.264	5,45
Amortização da Dívida	121.975	136.638	12,02
<b>TOTAL</b>	<b>2.141.988</b>	<b>1.994.482</b>	<b>-6,89</b>

Fonte: SEFAZ

<sup>1</sup> Valores corrigidos pelo índice composto (IPC-A - 55% e IGP-DI - 45%) base agosto/94), a preços médios de abril/2003.

A despesa com pessoal e encargos, no valor de R\$ 790,05 milhões no primeiro quadrimestre de 2003, é o grupo mais representativo (39,61%) da despesa total do Estado, as mesmas mantiveram-se praticamente no mesmo patamar de igual período do ano de 2002.

Em seguida, o grupo outras despesas correntes, alcançou o patamar de R\$ 685,57 milhões, representando uma redução de 7,40%, em termos reais, em relação ao primeiro quadrimestre de 2002. Nesse grupamento, abrigam-se as transferências constitucionais e legais feitas aos municípios, conforme estabelece o Art. 158 da Constituição Federal, além das despesas com o custeio da administração estadual (material de consumo, pagamentos aos prestadores de serviços pessoa física e jurídica e locação de mão de obra). A redução verificada nesse grupo é positiva e deverá continuar numa trajetória de queda, sobretudo a partir do segundo semestre de 2003, em função do esforço que o Governo vem empreendo no sentido de racionalizar a utilização dos recursos no âmbito da administração estadual, através da adoção de políticas visando a redução dos gastos com energia elétrica, água e telefone, otimização do uso da frota de veículos, diminuição no gasto com passagens aéreas e com o pagamento de diárias, além da busca de alternativas para revisão dos índices de preços que estão inseridos nos contratos firmados com o Estado.

Os investimentos no primeiro quadrimestre de 2003 somaram R\$ 165,82 milhões, representando uma redução de 39,54% em termos reais, em relação ao mesmo período de 2002.

As despesas com juros encargos da dívida no primeiro quadrimestre de 2003, alcançaram o patamar de R\$ 92,14 milhões, inferior em 9,17% em termos reais, ao valor desembolsado no mesmo período de 2002. Tal redução foi possível, em função do efeito da variação cambial e queda da inflação no período.

Os gastos com amortização da dívida atingiram R\$ 136,64 milhões no primeiro quadrimestre de 2003, valor superior a 12,02%, ao montante pago no mesmo período de 2002.

## 2 RESULTADO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ

### 2.1 Receitas e Despesas

As receitas previdenciárias no primeiro quadrimestre de 2003 atingiram o valor de R\$ 127,19 milhões, representando um acréscimo de 18,49%, em termos reais, em relação ao mesmo período de 2002.

Tabela 4 Resultado Previdenciário do Regime Próprio dos Servidores do Estado do Ceará, 2002-2003

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MIL		PARTICIPAÇÃO (%)	VARIAÇÃO (%)
	Jan.-Abr./2002 <sup>1</sup>	Jan.-Abr./2003		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	106.369	125.965	99,04	18,42
Contribuição Patronal	62.794	88.367	69,48	40,72
Contribuição do Servidor Ativo	43.575	37.598	29,56	-13,72
Civil	36.703	31.591	24,84	-13,93
Militar	6.872	6.007	4,72	-12,58
RECEITAS PATRIMONIAIS	251	108	0,09	-56,85
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	716	1.112	0,87	55,40
Compensações Previdenciárias	716	1.112	0,87	55,40
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)</b>	<b>107.336</b>	<b>127.185</b>	<b>100,00</b>	<b>18,49</b>
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	86.207	128.084	100,00	48,58
Inativos e Pensionistas	86.207	128.084	100,00	48,58
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)</b>	<b>86.207</b>	<b>128.084</b>	<b>100,00</b>	<b>48,58</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (II - I)</b>	<b>21.129</b>	<b>-899</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: SEFAZ/IPECE.

<sup>1</sup> Valores corrigidos pelo índice composto (IPC-A - 55% e IGP-DI - 45%) base agosto/94), a preços médios de abril/2003.

Estas receitas são oriundas das contribuições do Estado (69,48% do total da receita) e dos servidores ativos (militares e civil) que participam com 29,56% do total da receita, conforme mostra a tabela 3.

Por outro lado, no mesmo período, as despesas com inativos e pensionistas somaram R\$ 128,08 milhões, indicando um incremento de 48,58%, em relação ao primeiro quadrimestre de 2002.

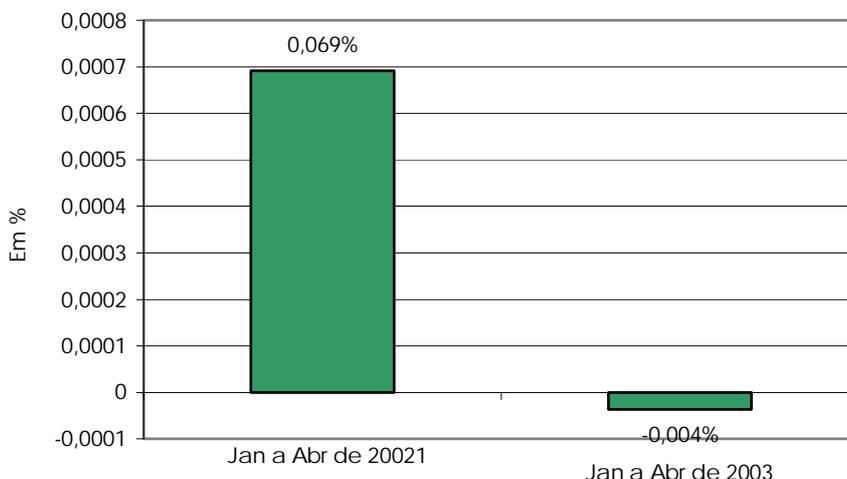
## **2.2 Resultado Primário das Contas Previdenciárias**

Confrontando-se as receitas com as despesas previdenciárias, registra-se no primeiro quadrimestre de 2003, um déficit primário de R\$ 899 mil, indicando que o Estado vem desembolsando um volume de recursos cada vez maior, com o pagamento das aposentadorias e pensões devidas aos servidores inativos e pensionistas.

A destinação de recursos para o pagamento de tais benefícios acaba inibindo a capacidade de investimento do Estado na expansão e melhoria da infra-estrutura, bem como na alocação de recursos em outras áreas como saúde e educação, de forma a melhor atender aos anseios da sociedade.

O gráfico 3, mostra que no primeiro quadrimestre de 2002, havia um superávit primário da ordem de R\$ 21,13 milhões, equivalente a 0,069% do PIB. Em 2003, considerando o mesmo período, constatou-se um déficit de R\$ 899 mil, equivalente a uma taxa negativa de 0,004% do PIB, o que demonstra uma piora no resultado das contas do sistema previdenciário do Estado. Vale ressaltar, que tal situação é inerente a todos os estados da federação, o que levou o Governo Federal, a desencadear a reforma da previdência ora em tramitação no Congresso Nacional, de forma a buscar uma equalização e equilíbrio do sistema de previdência dos servidores públicos nas três esferas de governo.

Gráfico 3 Resultado Primário do Regime Próprio dos Servidores do Estado do Ceará, 2002-2003



Fonte: SEFAZ/IPECE.

### 3 DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

#### 3.1 Evolução Dívida/PIB

A tabela 4, mostra a evolução do endividamento do Estado do Ceará a partir do ano de 2000. Em abril/2003, a dívida total do Estado atingiu o patamar de R\$ 4,37 bilhões, valor inferior em 9,49% ao saldo em dezembro/2002. A redução da dívida em R\$ 458,12 milhões foi motivada pela amortização de principal e do efeito da valorização cambial sobre o estoque da mesma.

Tabela 5 Dívida total em % PIB - Ceará - 2000/2003

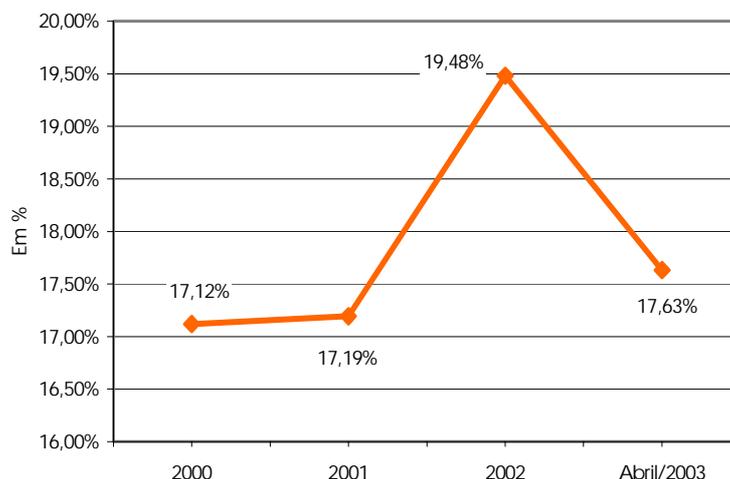
DISCRIMINAÇÃO	VALOR CORRENTE (R\$ MIL)			
	2000	2001	2002	Abril/2003
Dívida Interna	2.613.472	2.704.740	3.019.939	2.891.036
Dívida Externa	947.190	1.124.685	1.807.452	1.478.231
Dívida Total	3.560.662	3.829.425	4.827.391	4.369.267
PIB	20.800.000	22.276.000	24.779.000	24.779.000
Dívida Total/PIB	17,12%	17,19%	19,48%	17,63%

Fonte: SEFAZ / IPECE.

Do ponto de vista de solvência fiscal, uma variável básica de análise é a relação Dívida/PIB. Uma trajetória ascendente de tal relação indicaria problemas futuros de financiamento das contas estaduais. O gráfico 4, apresenta a evolução da Dívida/PIB, nele percebe-se que em abril de 2003, a dívida do Estado está estabilizada em 17,63% do PIB, mantendo praticamente a mesma relação que

havia no ano 2000 (17,12% do PIB). O salto da relação da Dívida/PIB de 19,48%, registrado no ano de 2002, deveu-se basicamente a forte variação cambial e elevação da inflação (IGP-DI).

Gráfico 4 Dívida total em % PIB - Ceará - 2000/2003

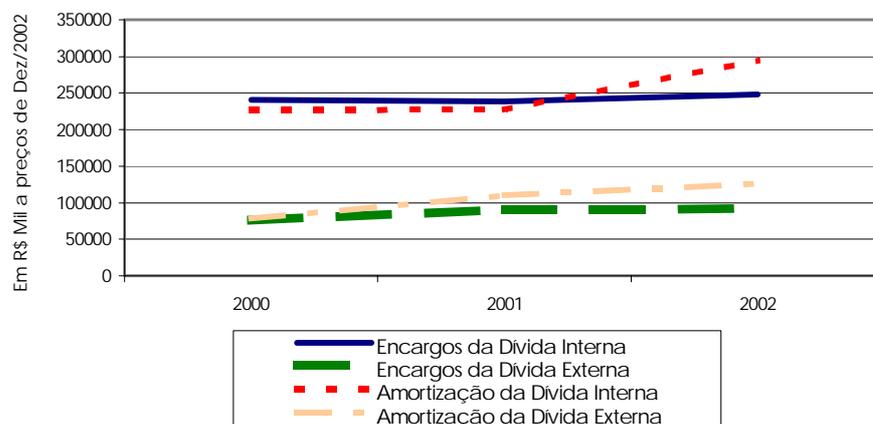


Fonte: SEFAZ / IPECE

### 3.2 Serviço da Dívida Pública

O gráfico 5, mostra a trajetória do serviço da dívida, o Estado vem cumprindo normalmente suas obrigações junto aos diversos agentes financiadores. A amortização anual da dívida interna gira em torno de R\$ 250 milhões e da externa R\$ 105 milhões. Já os encargos anuais com juros da dívida interna são da ordem de R\$ 242 milhões e da externa R\$ 87 milhões.

Gráfico 5 Evolução do Serviço da Dívida Pública - Ceará - 2000/2003

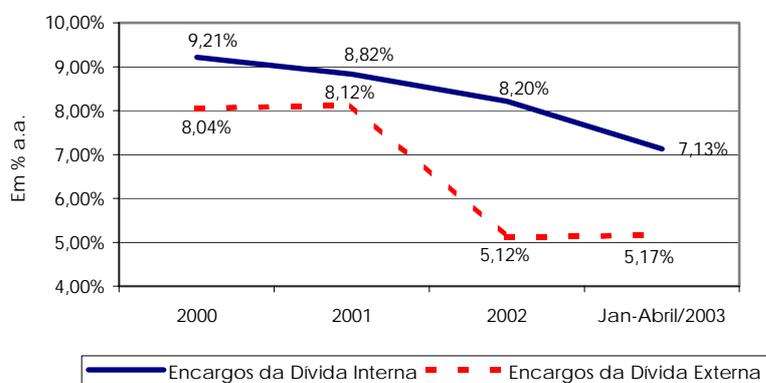


Fonte: SEFAZ / IPECE

### 3.3 Custo da Dívida Estadual

O custo da dívida estadual em 2000 era da ordem de 9,21% (dívida interna) e o da externa 8,04%. O custo do endividamento tem apresentado uma tendência de queda ao longo do período analisado. Em abril/2003, o custo da dívida interna está em torno de 7,13% e o da externa 5,17%. O custo da dívida evolui de forma mais significativa, a partir da trajetória do câmbio e dos índices de preços, uma vez que 76,66% da dívida está atrelada ao dólar e ao Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI).

Tabela 6 Custo Médio Serviço da Dívida Pública - Ceará - 2000/2003

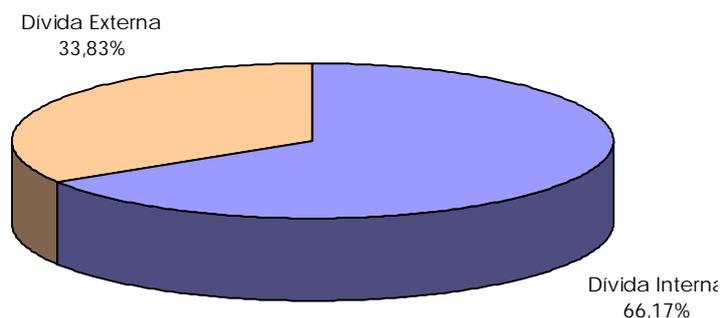


Fonte: SEFAZ / IPECE

### 3.4 Composição da Dívida

O gráfico 7, mostra a composição da dívida estadual, em abril/2003, onde se percebe que 66% da mesma é representada pela dívida interna e 34% pela externa. Em 2000, a dívida interna alcançou 73% do total, enquanto a externa atingiu 27%. Ao longo do período analisado, percebe-se uma mudança no perfil da dívida, o Estado buscou financiamentos externos com taxas mais atrativas que as praticadas pelos agentes financeiros nacionais, todavia se expondo ao risco cambial.

Gráfico 7 Dívida Pública Estado Ceará, saldo devedor por tipo de dívida - Abril/2003

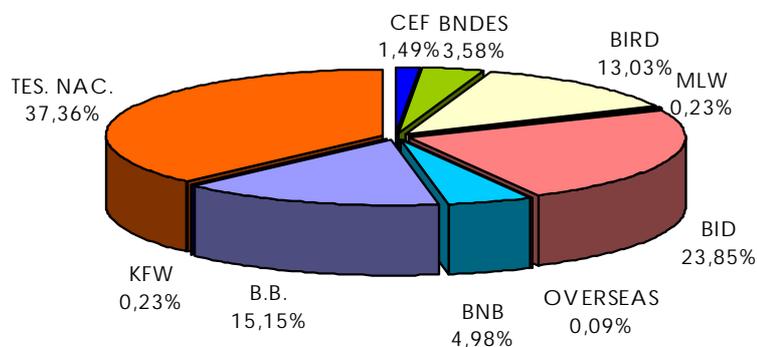


Fonte: SEFAZ / IPECE

### 3.5 Financiadores da Dívida Estadual

A dívida do Estado do Ceará está diluída entre vários agentes financeiros internos e externos. Em dez/2002, os principais credores do Estado eram o Tesouro Nacional (37,36%), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (23,85%), o Banco do Brasil (15,15%) e o Banco Mundial (BIRD) (13,03%). O gráfico 8, mostra a relação dos credores do Estado.

Gráfico 8 Dívida Pública Estado Ceará, saldo devedor por credor - Dez/2002

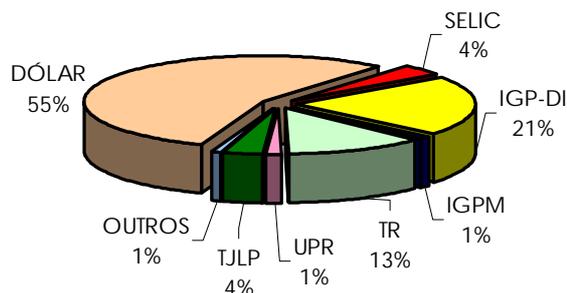


Fonte: SEFAZ / IPECE

### 3.6 Indexadores da Dívida

Em dez/2002, a dívida pública estadual estava atrelada a uma cesta de indexadores, sendo os mais representativos o dólar (55,69%), o IGP-DI (20,97%), a Taxa Referencial (TR) (12,59%), a Taxa SELIC (3,89%), a Taxa de Juros Longo Prazo (TJLP) (3,60%) e Outras, conforme revela o gráfico 9.

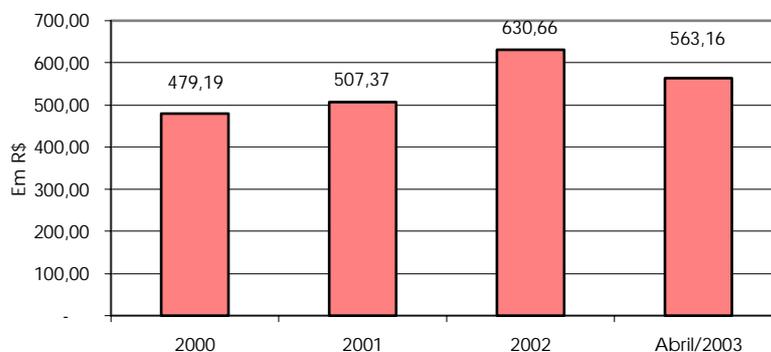
Gráfico 9 Composição da Dívida Pública do Estado Ceará, por moeda - Dez/2002



Fonte: SEFAZ / IPECE

### 3.7 Evolução da Dívida Pública *Per Capita*

O gráfico 10, mostra a dívida per capita do Estado do Ceará, onde se observa que mesma vem mantendo certa estabilidade. O ano de 2002 registra uma elevação, em função do crescimento do endividamento motivado pela valorização do dólar e elevação dos índices de preços. Em abril/2003, a dívida per capita do Estado alcançou o valor de R\$ 563,16.

Gráfico 10 Dívida total *per capita* - Ceará - 2000/2003

Fonte: SEFAZ / IPECE

### 3.8 Considerações Finais

Em relação à dívida pública estadual, é importante destacar que a mesma está inserida num contexto nacional, onde o Governo Federal, através do Programa de Estabilização Fiscal, procura manter o controle de endividamento nas várias esferas de governo, ressaltando ser de extrema importância para a sociedade, uma vez que, níveis excessivos de endividamento geram um comprometimento de grande volume da receita futura com pagamento do serviço da dívida, tendo efeitos perversos sobre a quantidade e qualidade dos serviços públicos ofertados à população.

No ano de 2002, sobretudo a partir do mês de abril, a incerteza quanto à política macroeconômica do futuro governo, aliado ao cenário externo negativo, contribuíram para a deterioração das condições macroeconômicas refletidas principalmente na depreciação da taxa de câmbio, que registrou uma depreciação de março a setembro em torno de 40%. Tal resultado teve reflexo direto e expressivo sobre o endividamento estadual, uma vez que 55,69% da dívida é atrelada ao dólar.

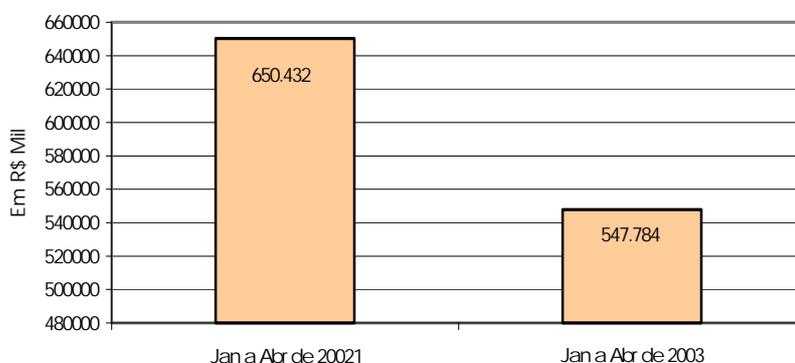
Cabe salientar ainda que, o Estado vem cumprindo a meta da razão dívida/receita corrente líquida, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, ficando em dezembro/2002 no patamar de 1,43, em abril/2003, a razão alcançou 1,11, o que coloca o Estado numa situação confortável, em relação aos principais entes da federação. Destacando que o limite legal de endividamento permitido é de duas vezes a receita corrente líquida.

Dessa forma, o Estado do Ceará continua apresentando uma dívida pública bem dimensionada, todavia, sem prescindir de um controle mais efetivo, tendo em vista o crescimento da dívida externa e sua relação direta com a oscilação do dólar.

#### 4 FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS (FPE)

O Estado do Ceará recebeu repasse do Fundo de Participação dos Estados (FPE), no período de janeiro a abril de 2003, no valor de R\$ 547,78 milhões, representando um decréscimo de 15,78% em termos reais, relação ao mesmo período de 2002.

Gráfico 11 Fundo de Participação do Estado Ceará, 2002-2003



Fonte: SEFAZ / IPECE

## 5 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO (FUNDEF)

### 5.1 Considerações sobre o Fundo

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996, e sua regulamentação estão na Lei 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano e no Decreto nº 2.264, de junho de 1997. O FUNDEF foi implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998, quando a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental passou a vigorar.

A maior inovação do FUNDEF consiste na mudança da estrutura de financiamento do Ensino Fundamental (1 a 8ª séries do antigo 1º grau) no País, ao subvincular uma parcela dos recursos a esse nível de ensino. Além disso, introduz novos critérios de distribuição e utilização dos recursos correspondentes, promovendo a partilha de recursos entre o Governo Estadual e os Governos Municipais, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino.

### 5.2 Receitas e Despesas

No primeiro quadrimestre de 2003, as transferências recebidas pelo Estado para o FUNDEF, atingiram o valor de R\$ 58,58 milhões, representando uma redução de 20,11% em termos reais, considerando o mesmo período de 2002. No período, as despesas alcançaram o patamar de R\$ 50,05 milhões, que resultou num decréscimo de 14,60%, em relação ao primeiro quadrimestre de 2002. Confrontando as receitas com as despesas, o FUNDEF apresentou um superávit de R\$ 8,53 milhões, valor este inferior a 42,07%, ao resultado do primeiro quadrimestre de 2002.

Tabela 6 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e de valorização do Magistério (FUNDEF), Ceará, 2002-2003

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MIL		VARIAÇÃO (%)
	Jan a Abr de 2002 <sup>1</sup>	Jan a Abr de 2003	
Receitas	73.325	58.576	-20,11
Despesas	58.602	50.046	-14,60
<b>SUPERÁVIT</b>	<b>14.724</b>	<b>8.530</b>	<b>-42,07</b>

Fonte: SEDUC.

<sup>1</sup> Valores corrigidos pelo índice composto (IPC-A - 55% e IGP-DI - 45% base agosto/94), a preços de abril/2003

### 5.3 Origens das Receitas do Fundo

A tabela 7, mostra a origem das receitas do FUNDEF no primeiro quadrimestre de 2003, onde se verifica que as principais fontes são constituídas pelos repasses da União, provenientes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tabela 7 Demonstrativo das Receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e de Valorização do Magistério (FUNDEF), Ceará, 2003

ORIGEM RECEITA	JAN/2003		FEV/2003			MAR/2003			ABR/2003		
	Vr.(R\$)	Part.(%)	Vr.(R\$)	Part.(%)	Fev/Jan	Vr.(R\$)	Part.(%)	Mar/Fev	Vr.(R\$)	Part.(%)	Abr/Mar
FPM	3.101	17,04	3.264	28,94	5,26	2.826	22,66	-13,42	2.679	16,11	-5,22
FPE	4.277	23,50	4.503	39,93	5,30	3.906	31,31	-13,26	3.719	22,37	-4,79
ICMS	0.466	57,51	3.196	28,34	-69,47	5.447	43,67	70,47	9.950	59,85	82,65
IPI exp	61	0,33	60	0,53	-0,65	56	0,45	-7,61	62	0,37	11,77
Deson. Export. (LC 87/96)	145	0,80	130	1,15	-10,46	130	1,04	0,00	130	0,78	0,00
Lei Kandir (91/97)	95	0,52	100	0,88	5,20	86	0,69	-13,67	81	0,49	-5,95
SUBTOTAL	18.145	-	11.253	-		12.451	-		16.620	-	
Rend. Aplic. Finan/Restituições	55	0,30	25	0,22	-54,35	23	0,18	-7,72	5	0,03	-77,69
RECEITA TOTAL	18.199	100,00	11.278	100,00	-38,03	12.474	100,00	10,61	16.626	100,00	33,28

Fonte: SEDUC.